



A abertura econômica, iniciada em 1978, é conduzida pelo Partido Comunista

Novos êxitos do dragão

A economia chinesa é a que ostenta os melhores resultados da região do Pacífico, a mais próspera do planeta. Segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, o PIB da nação asiática será superior ao dos EUA no ano 2010

Marcelo Montenegro

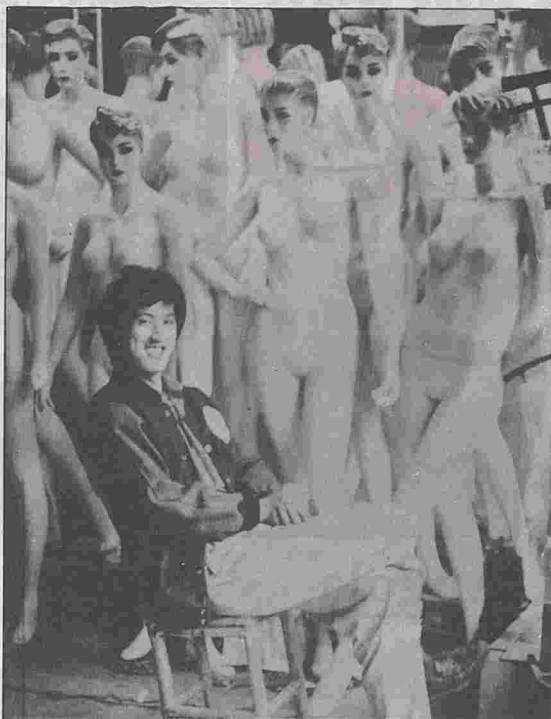
Em fins de 1993, circunspectos executivos da *Société des Banques Suisses* confirmavam em Genebra, em uma discreta cerimônia, o primeiro empréstimo comercial feito a uma empresa chinesa — do ramo de têxteis — através da Bolsa de Comércio de Xangai. Dessa forma, a China ingressava oficialmente no mercado suíço de capitais, pouco tempo depois dos diagnósticos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) começarem a mostrar que este país era a terceira economia mundial depois dos Estados Unidos e do Japão.

Segundo o relatório que apresentou naquele momento a seus acionistas, publicado no *Journal de Geneve*, a instituição se baseou estritamente nos resultados dos balanços da empresa — China Textile Machinery Stock Limited — que mostravam uma curva ascendente de lucros no quadriênio 1989-92 de 15%, e um aumento das vendas, em 1993, de 20%, com um ganho líquido de até 25%.

Estes números, aos quais as mais importantes empresas ocidentais nem sonham remotamente em chegar, são produto e reflexo de uma economia de dimensões continentais que tem mantido um dos mais altos e melhores padrões de crescimento nas últimas décadas em todo o mundo.

Princípios humanitários ou grandes interesses? — Esse saudável comportamento econômico serviu para transformar o dragão asiático no mais importante receptor de investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo: 11 bilhões de dólares em 1992 e quase 10 bilhões de dólares em 1993. E foi um fator determinante na decisão do governo Bill Clinton, adotada em junho, de renovar a condição da China de “nação mais favorecida” no seu comércio com os Estados Unidos.

Os setores mais conservadores do Congresso norte-americano, em particular os do Senado, montaram uma estratégica rede de pressões sobre o presidente, usando as promessas do discurso de campanha de Clinton, e exigiram a não-renovação da cláusula MFN (*Most Favoured Nation*), que permite o ingresso da China ao mercado dos Estados Unidos em condições vantajosas.



Um vendedor de manequins sorri, satisfeito com o crescimento da indústria de roupas na China

Este argumento da direita norte-americana, que sob o amplo manto dos direitos humanos encobria, na realidade, tentativas de desmoralizar a nação asiática diante do mundo, foi derrotado. Demonstrando mais uma vez que os embargos impostos pelos Estados Unidos se estabelecem em nome de grandes princípios humanitários e se aplicam em função de grandes interesses comerciais, Clinton renovou a cláusula MFN e deu sinal verde a um maior desenvolvimento do comércio sino-americano. Mas não param aí os êxitos da China, que saiu desse impasse sem ter feito concessões.

Segundo relatórios da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), entre os investidores estrangeiros que estão levando capitais para desenvolver novas indústrias e produtos, a participação mais importante corresponde a Hong Kong, Formosa e Cingapura, as três praças de maior concentração do chamado "capital chinês da diáspora".

Isso significa que a China absorve atualmente uma grande parte dos capitais que se retiraram do país depois da revolução de 1949 – quando Mao Tsé-Tung tomou o poder liderando o Partido Comunista – e que agora estão retornando.

O custo social do crescimento – A abertura econômica iniciada em 1978, que foi responsável pela integração da China à economia regional do Pacífico e, posteriormente, pela sua projeção mundial, não se fez sem um custo. Ao contrário, a transformação de vastos setores produtivos estatais, que agora são empresas privadas ou de capital misto, trouxe um aumento do desemprego e da desigualdade social em todo o país, principalmente nas grandes cidades. Desde a revolução, os chineses não conheciam estes dois fenômenos.

Ao mesmo tempo em que o país se tornava a região mais dinâmica do planeta, o mercado de trabalho chinês passava por uma vertiginosa mudança. Segundo dados de fins de 1993, não menos de 200 milhões de pessoas em idade produtiva estavam desempregadas. E, de acordo com os dados mais recentes do Ministério do Trabalho, só durante o primeiro semestre de 1993 o desemprego urbano aumentou 10%, obrigando o

governo a gastar em subsídios aos desempregados (apenas neste período) o equivalente ao orçamento total dos últimos seis anos gastos com este objetivo.

O aumento do desemprego na China, apesar do crescimento assombroso do PIB, se produziu pela desaceleração induzida pelas autoridades econômicas para controlar os índices de inflação que ameaçaram disparar devido ao aumento do poder aquisitivo da população. Economistas ocidentais, como Charles Testuz, da empresa de consultoria privada Pictect, da Suíça, alertaram investidores ocidentais sobre este e outros aspectos negativos do acelerado desenvolvimento desse país asiático, "como o elevado déficit comercial e a corrupção".

Estranhas coincidências – Aproximadamente em maio do ano passado, o FMI e o Banco Mundial anunciavam que haviam chegado à conclusão de que a China, em vez de seus escassos 400 bilhões de dólares produzidos anualmente (igual ao Brasil ou o dobro da Argentina), produzia na realidade 1,2 trilhão de dólares, equivalente ao terceiro PIB mundial.

A "mágica" se fez mudando as bases de cálculo. Antes o PIB de uma nação era medido pela conversão em dólares do total da soma dos bens e serviços produzidos em um ano. Agora, calcula-se a paridade do poder de compra em moeda nacional, que aquele valor expressa.

Quase simultaneamente, amplas reportagens de capa das revistas *Newsweek* e *Time* "revelavam" ao mundo o nascimento da nova potência mundial. Ao mesmo tempo, uma das instituições mais confiáveis do Ocidente, o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, anunciava que de acordo com suas projeções a economia chinesa superaria a dos Estados Unidos em 2010.

Para Ian Perkins, um dos mais destacados economistas da Câmara de Comércio de Hong Kong "o tamanho real da economia da China e sua forma precisa de calculá-lo têm sido tema de debates há muitos anos", e o certo "é que

um país com 1,2 bilhão de pessoas para alimentar, dar um teto e vestir deve inevitavelmente ter uma economia imensa, simplesmente para permitir que todas essas pessoas sobrevivam". A ênfase do relatório do FMI, afirmou o economista chinês, "não está em advertir sobre o tamanho do PIB da China, mas em sinalizar para o mundo que os países em desenvolvimento não estão tão mal como se diz".

Perkins disse que em Beijing (ex-Pequim) existe preocupação com estas mudanças e se discutem algumas cifras exageradas. "A China é ainda um país subdesenvolvido onde a qualidade de vida de sua população está a anos luz dos níveis alcançados no Primeiro Mundo. Nem sequer está próximo do nível de vida alcançado em Formosa, Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong. Existem, além disso, problemas de infra-estrutura que podem impedir seu desenvolvimento futuro e o setor financeiro enfrenta crescentes pontos de ineficiência, na medida em que aumentam as necessidades de uma indústria mais competitiva", afirmou.

Em bom português, o economista disse que por trás do "descobrimto" ocidental da nova superpotência, pode haver a intenção de impedir que esta se desenvolvesse efetivamente, cortando a partir desse momento alguns dos estímulos que ainda continua necessitando. ■